

## PODER

# X cede, garante que cumpriu ordens e pede desbloqueio

Moraes ainda analisará documentos do caso antes de liberar de novo o acesso à rede

» RENATO SOUZA

Em petição enviada ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF), os advogados do X (antigo Twitter) informaram que foram cumpridas todas as ordens judiciais emitidas pela Corte e solicitaram que o acesso ao serviço seja restabelecido o quanto antes no Brasil. Entre as determinações judiciais acatadas, estão a suspensão de perfis acusados de incitação contra o STF e de ataque ao Estado Democrático de Direito — como do senador Marcos do Val (Podemos-ES) e do influenciador Ed Raposo —, além do pagamento de multas.

O ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, não sinalizou qualquer prazo para decidir sobre a reabertura do acesso. Segundo fontes do STF, há ainda documentos a serem entregues pelo X para que haja o desbloqueio.

Os advogados afirmam, na petição, que “o X adotou todas as providências indicadas como necessárias ao restabelecimento do funcionamento da plataforma no Brasil. Com a apresentação dos documentos, o X Brasil entende ter demonstrado (i) a regularidade da nomeação da sra. Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição como representante legal do X Brasil; (ii) a regularidade da outorga da procuração ad judícia aos signatários; (iii) a permanência como empresa ativa, regularmente constituída e com escritório físico em endereço conhecido”.

A rede está bloqueada desde agosto, quando seu dono, o bilionário Elon Musk, fechou o escritório em São Paulo e demitiu todos os funcionários, alegando perseguição pelo Supremo. O magnata disse que reagia à suposta ameaça de que seus funcionários seriam presos por descumprimento de ordem judicial.

Sem representação no Brasil, o acesso foi suspenso. Na sexta-feira passada, em um recuo na queda de braço com o Moraes, o X renomeou a advogada Rachel Villa Nova como representante legal — ocupava a mesma função antes da dissolução do escritório em São Paulo — e comunicou ao STF. Os advogados André Giacchetta e Sérgio Rosenthal defendem a plataforma nos processos na Corte.

O X foi multado em R\$ 18 milhões, em agosto, pelo descumprimento das decisões de

Antonio Augusto/SCO/STF



Ministro não sinalizou prazo para plataforma ser reaberta. Faltariam alguns dos documentos exigidos



**Com a apresentação dos documentos, o X Brasil entende ter demonstrado (i) a regularidade da nomeação da Sra. Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição como representante legal do X Brasil; (ii) a regularidade da outorga da procuração ad judícia aos signatários; (iii) a permanência como empresa ativa, regularmente constituída e com escritório físico em endereço conhecido”**

Trecho da petição do X a Moraes

## » Relatórios serão base de multa à burla

A Polícia Federal e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) enviaram ao Supremo Tribunal Federal relatórios sobre os acessos ao X na vigência do bloqueio à rede social no Brasil. Os documentos guiarão o cálculo da multa que deve ser aplicada aos usuários que burlaram a suspensão. O material é sigiloso. A PF monitora os acessos irregulares e busca identificar se têm origem no Brasil e se usaram VPN — ferramenta que permite omitir a localização de acesso à internet. Ao mandar bloquear o acesso ao X, o ministro Alexandre de Moraes estabeleceu uma multa diária de R\$ 50 mil para quem acessasse a rede. Esses usuários também podem responder criminalmente, segundo a decisão. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, defende que a multa recaia sobre perfis que espalhem discurso de ódio e fake news ou fizerem publicações que possam impactar indevidamente as eleições municipais. Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o partido Novo entraram com processos no STF alegando que a multa aos usuários que acessarem o X é abusiva. A PGR e a Advocacia-Geral da União se posicionaram contra as ações.

Moraes e se recusou a pagar os valores. O ministro bloqueou as contas da rede e estendeu a decisão à Starlink — empresa de internet via satélite pertencente ao grupo de Musk.

As instituições bancárias nas quais as empresas mantinham contas do X cumpriram a ordem do ministro. O dinheiro foi bloqueado, as multas pagas e os valores remetidos aos cofres da União. A obrigação de empresas estrangeiras terem representantes legais no Brasil está prevista no Código Civil.

## Ilegalidade

O acesso ao X foi cortado para todos os usuários e Moraes ainda aplicou multa de R\$ 50 mil, por dia, para quem o acessasse via rede privada (VPN) ou por outro meio que caracterizasse o uso de “subterfúgios tecnológicos” para burlar a determinação judicial. Num ato entendido como desafio ao ministro, a plataforma abriu o acesso — passou a hospedar conteúdo no Cloudflare, uma das redes mais abrangentes do mundo — e foi multada em mais R\$ 5 milhões.

Em despacho publicado no sábado, Moraes condicionou a reabertura do X à confirmação, pela Polícia Federal (PF) e pela Receita Federal (RFB), de que as determinações foram cumpridas. **(Colaborou Fabio Grecchi)**

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



## Pesquisa aponta 2º turno entre Nunes e Boulos. Porém...

Pesquisa Datafolha divulgada ontem sobre a disputa pela Prefeitura de São Paulo mostra Ricardo Nunes (MDB) com 27% de intenções de votos; Guilherme Boulos (PSOL), com 25%; e Pablo Marçal (PRTB), com 21%. O empate técnico entre Nunes e Boulos e a resiliência de Marçal, que manteve o terceiro lugar, deixa a eleição ainda indefinida, segundo as respectivas campanhas. Tabata Amaral (PSB), com 9%, teve ligeira recuperação; José Luiz Datena (PSDB) manteve-se com 6%. A única certeza é de que haverá o segundo turno, mas quem deve ficar de fora, com esses resultados, permanece uma indefinição.

Nunes manteve-se no patamar das duas últimas pesquisas do Datafolha. A pergunta é se este é seu teto eleitoral, depois de uma arrancada espetacular no início da propaganda eleitoral na tevê. Boulos cedeu um ponto e voltou à posição do começo de setembro, depois de ter chegado a 27% na pesquisa passada. Marçal recuperou-se dos desgastes dos debates, chegando ao patamar em que estava em agosto, depois de cair de 22% para 19% dos votos. Tabata cresceu um ponto percentual e Datena manteve-se na mesma.

Algumas considerações sobre as eleições em São Paulo.

## Nacionalização

O Brasil inteiro está de olho nas eleições em São Paulo, porque o ocupante da cadeira de prefeito, com o orçamento de R\$ 111,8 bilhões, sempre tem poder de projeção nacional. Entretanto, o eixo da disputa não são as questões nacionais nem o confronto político entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que apoia Boulos, e o ex-presidente Jair Bolsonaro, que está com Nunes. São os problemas da população da maior cidade do país, com 11,4 milhões de habitantes. Por isso mesmo, o ator externo às eleições municipais mais influente é o governador Tarcísio de Freitas, com mais poder de transferência de votos. Lula venceu as eleições presidenciais na capital, mas, até agora, não se envolveu diretamente na campanha, exceto na articulação da chapa com a ex-prefeita Marta Suplicy, que voltou ao PT, e no lançamento da candidatura de Boulos.

## Máquina pública

O peso das estruturas administrativas do governo estadual e da prefeitura, que muitas vezes se anularam, quando o governador e o prefeito eram adversários, nestas eleições favorecem bastante a candidatura de Nunes, principalmente para as periferias, onde o uso dos serviços públicos é um fator decisivo na vida da população de baixa renda. Nesses segmentos, onde o PT já foi hegemônico, o que alavanca a candidatura de Boulos é o prestígio de Marta, com muitas realizações administrativas, principalmente nas áreas de educação e transportes. Marçal tem penetração por causa da narrativa de empreendedor bem-sucedido.

Assim, a Zona Leste da capital, que sempre protagonizou a grande onda eleitoral da reta final da campanha, é o terreno de disputa mais acirrada entre os candidatos. Nessa região, as demandas sociais são muito fortes, o que gera uma camada de eleitores insatisfeitos com as administrações, quaisquer que sejam. Por isso mesmo, nesta reta final, as agendas dos três candidatos transformaram a Zona Leste no principal campo de batalha eleitoral.

## Rejeição

O aspecto mais negativo das eleições de São Paulo vem sendo a violência entre os candidatos. A virulência verbal de Marçal nas redes sociais, reproduzida durante os debates, derivou para as agressões físicas, quando recebeu uma cadeira de Datena ou quando seu assessor agrediu o marqueteiro de Nunes, Duda Lima. Os episódios foram muito criticados pela mídia, impactaram a campanha de Marçal, mas foram decantados, como mostra a pesquisa.

Onde seus efeitos ainda podem ser observados? Na rejeição dos candidatos. Há uma vantagem estratégica de Nunes, que tem apenas 21% de rejeição, o que é surpreendente para quem administra uma cidade do tamanho de São Paulo. Marçal, porém, bateu 48% de rejeição. A rejeição também é o maior desafio para Boulos, com 38%, principalmente se chegar ao segundo turno. Hoje, segundo o Datafolha, Nunes venceria o segundo turno contra Boulos ou Marçal; Boulos, porém, vence Marçal.

A maior dificuldade de Boulos é atrair os eleitores de Tabata e Datena no segundo turno, ainda que ambos venham a apoiá-lo, porque nas atuais pesquisas derivam majoritariamente para Nunes. Um segmento de classe média e a grande parcela da elite paulista vê Boulos como um radical de esquerda e patrocinador de invasões, por sua trajetória de líder dos sem-teto de São Paulo.

Ontem, porém, ao ser questionado durante entrevista na TV Globo, surpreendeu os próprios correligionários ao classificar a Venezuela como uma ditadura, em franca oposição ao PT. Entretanto, ainda precisa convencer esses eleitores de que pode resolver o problema dos moradores de rua sem permitir invasões.

## ELEIÇÕES MUNICIPAIS

# MPE acompanha de perto casos de violência

» LUANA PATRIOLINO

Preocupado com o alto índice de violência nas eleições municipais, em outubro, o Ministério Público Eleitoral (MPE) garante que prioriza a investigação para prevenir casos de agressão física. Segundo a procuradora Nathalia Muriel, membro auxiliar da Procuradoria-Geral Eleitoral, há ações integradas do órgão no combate à brutalidade na campanha política.

“A violência está cada vez mais capilarizada, o que gera enormes custos para o governo e para os cidadãos, a partir do sentimento de medo e de enfraquecimento dos laços comunitários e políticos. O Ministério Público Eleitoral tem atuado de forma integrada e com monitoramento constante de informações para, prontamente, conferir resposta aos casos que trazem risco de prejuízo ao bom andamento do pleito”, disse ao **Correio**.

Dados do Observatório da Violência Política e Eleitoral, da Universidade Federal do Estado

Reprodução/Redes sociais



Nahuel socou Duda ao fim de debate entre os prefeitáveis paulistanos

do Rio de Janeiro (Unirio), mostram que de janeiro a 16 de setembro, foram registradas 455 notificações de agressão contra lideranças políticas no Brasil. Na reta final para o primeiro turno da eleição, em 6 de outubro, Nathalia chama atenção também para a violência política de gênero. De acordo com

a procuradora, as mulheres carecem de um ambiente político mais seguro e igualitário.

“O MPE tem acompanhado a violência como prioridade. Há alguns anos, a PGE atua sob a perspectiva da violência política de gênero com orientações específicas para as eleições 2024, além de protocolos de atuação

para os membros que atuam na temática eleitoral”, afirmou.

Ne terça-feira, a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, determinou que tribunais regionais eleitorais (TRES), Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal (PF) priorizem a solução de casos de violência na campanha. Os episódios da cadeira de José Luís Datena (PSDB) em Pablo Marçal (PRTB) e o soco de Nahuel Medina, assessor do influenciador, no marqueteiro Duda Lima, demonstra o grau de agressividade da campanha pela Prefeitura de São Paulo.

Segundo Nathalia, o monitoramento é uma ação integrada e que abrange diversas formas de violência e coação. “Há o monitoramento e o acompanhamento da influência de organizações criminosas, com o objetivo de impedir que esses grupos atuem não só no financiamento de campanhas, mas, também, na liberdade de os candidatos e candidatas realizarem suas campanhas”, garantiu.